

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Praça Anchieta 10, Centro- Fone/Fax: (48) 3272-8617 - 3272.1123

CEP: 88180-000 [administracao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administracao@antoniocarlos.sc.gov.br) / licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Nº 68/2016

PREGÃO PRESENCIAL: Nº ­­­46/2016 (REGISTRO DE PREÇO)

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

**1 – PREÂMBULO**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS com sede** na Praça Anchieta n° 10, Centro, Antônio Carlos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL do tipo REGISTRO DE PREÇOS**, **MENOR PREÇO POR LOTE, DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA** **PARA** **PINTURA, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS /SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA SEGUINDO AS NORMAS TÉCNICAS ESPECIFÍCAS E LEGISLAÇÃO VIÁRIA (DNIT),** a ser regida pela Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação, subsidiária da Lei n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar 123 de 14/12/2006 e pela Lei Orgânica Municipal e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

* 1. Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste **Pregão**:
     1. **Anexo I** – Termo de Referência;
     2. **Anexo II -** Quadro de Quantitativos e Especificações;
     3. **Anexo III** - Modelo Credenciamento;
     4. **Anexo IV** - Declaração de Atendimento a Habilitação e Aceitação do Edital;
     5. **Anexo V**- Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
     6. **Anexo VI -** Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

**1.1.7 Anexo VII** - Declaração de Capacidade Operativa

**1.1.8 Anexo VIII -** Minuta da Ata de Registro.

**2 - DA LICITAÇÃO**

**2.1 - Do Objeto do Pregão:** – **A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA** **PARA** **PINTURA, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS /SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA SEGUINDO AS NORMAS TÉCNICAS ESPECIFÍCAS E LEGISLAÇÃO VIÁRIA (DNIT),** em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I e Anexo II Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste edital**.**

**2.1.2 -** A administração não se obriga a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

**2.2 - Entrega dos Envelopes** – Envelope nº 1 (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação)

**Data/Hora**: Dia 19 de setembro 2016 às 9:00 horas.

**Local:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - na Praça Anchieta n° 10, Centro, Antônio Carlos/SC – CEP 88180.000.

**2.3 – Abertura da Sessão**

**Data/Hora: Dia 19 de setembro de 2016 às 9:00 horas.**

**Local:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - na Praça Anchieta n° 10, Centro, Antônio Carlos/SC – CEP 88180.000

**3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1** - Poderão participar deste pregão os interessados que se enquadrem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, cadastrados ou não que atenderem, inclusive quanto à documentação, a todas as exigências deste Edital e de seus Anexos, observando-se as devidas ressalvas e benefícios conferidos às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar 123/2006, bem como preencherem as condições de credenciamento constante do Edital.

**3.2** - **Não será admitida a participação de licitantes que:**

**3.2.1** – Tiveram contratos rescindidos pela Prefeitura;

**3.2.2** – Tiveram seus cadastros cancelados;

**3.2.3** – Tenham sido declaradas impedidas de se cadastrarem, licitarem ou contratarem com a prefeitura, enquanto durar o impedimento;

**3.2.4** – Estejam em regime de falência ou concordata, ou que incida em proibição legal de contratar com a Administração Pública em geral;

**3.2.5** – Tenham sido declaradas inidôneas e/ou suspensas para licitar ou contratar com a Prefeitura ou com qualquer órgão público federal, estadual e/ou municipal, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

**3.2.6 -** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias, entre si, e estrangeiras que não tenham filial estabelecida no Brasil;

**3.2.7** – Não será admitida a subcontratação.

**3.2.8** - Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão licitante ou de qualquer órgão da Administração Pública Municipal;

**3.2.9** - A participação na Licitação implica na aceitação inconteste de todos os termos deste Edital e dos demais Documentos que o complementam.

**4 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

**4.1** – Na data e horário marcado, o Representante Legal ou Procurador deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua empresa, devendo ainda identificar-se exibindo a Carteira de Identidade, ou outro documento oficial que contenha foto;

**4.2** – Tal representante deverá apresentar documento hábil, conforme subitens seguintes, credenciando-o para praticar todos os atos pertinentes ao certame, dentre eles, formular lance, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, devidamente acompanhado de fotocópia autenticada do Contrato Social em vigor, entendam-se consolidação ou todas as alterações, com instrumento equivalente, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

**4.2.1 –** Em se tratando de preposto ou empregado da proponente, apresentar carta de credenciamento, com firma reconhecida, nos moldes do Anexo III deste edital;

**4.2.2** – No caso de representante legal, basta à apresentação do Contrato Social em vigor, entenda-se consolidação ou todas as alterações, ou instrumento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, ou;

**4.2.3 –** Sendo procurador, apresentar instrumento de procuração público ou particular, este com firma reconhecida, do qual constem poderes específicos para tal finalidade, conforme item 4.2.

**4.3**– As credenciais serão apresentadas em separado dos envelopes, e será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, permitindo-se sua substituição, desde que com os poderes necessários ao credenciamento.

**4.4** – A substituição poderá ser feita em qualquer momento na licitação, sendo que o novo credenciado poderá ofertar lances somente a partir do seu credenciamento, ficando precluso o seu direito de interpor recurso no que se referem os fatos ou situações que ocorreram antes do seu credenciamento.

**4.5 –** A proponente deverá apresentar **declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação**, conforme modelo (Anexo IV), dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no item 7.2 deste Edital, assinada por pessoa devidamente autorizada nos mesmos moldes do item 4.1.

**4.6** - **A CARTA DE CREDENCIAMENTO, O CONTRATO SOCIAL OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE E A DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE FORA DOS ENVELOPES.**

**4.7- AS LICITANTES QUE ENVIAREM OS ENVELOPES VIA CORREIO, DEVERÃO OBSERVAR O SUBITEM ANTERIOR ENVIANDO TAIS DOCUMENTOS EM ENVELOPE APARTADO, TITULADO ENVELOPE Nº0**

**4.8 -** A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC, não se responsabilizará pelo não cumprimento de prazos, sejam estes de propostas, recursos, contra-razões ou quaisquer outros, por parte dos licitantes, caso estes tenham sido enviados por correio, cabendo a prova de entrega tempestiva à licitante.

**4.9-** Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes devidamente credenciados.

**4.10 -** As proponentes deverão apresentar a “PROPOSTA DE PREÇO’’ e os “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” em envelopes separados, indevassáveis, cada um com identificação da proponente referente à licitação e identificando preferencialmente o conteúdo dos envelopes como segue:

**ENVELOPE N° 01**

PROPOSTA

**Prefeitura Municipal de Antônio Carlos**

**Praça Anchieta, 10.**

**Antônio Carlos**

**CEP 88180.000**

**Nome e número do processo licitatório**

**Data e hora de abertura;**

**ENVELOPE N° 02**

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

**Prefeitura Municipal de Antônio Carlos**

**Praça Anchieta, 10.**

**Antônio Carlos**

**CEP 88180.000**

**Nome e número do processo licitatório**

**Data e hora de abertura**

**4.11- As Microempresas (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) que quiserem valer-se da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 deverão apresentar, CERTIDÃO SIMPLIFICADA emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado, expedida no ano de 2016 de que está enquadrada como micro empresa ou empresa de pequeno porte, no momento do credenciamento**.

**4.12** – Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não proceda da forma estabelecida no item anterior, interpretar-se-á como renúncia tácita aos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

**4.13- Com a violação do primeiro envelope será declarada aberta a Sessão Pública pelo Pregoeiro, não sendo mais admitidos novos proponentes, dando-se início aos trabalhos do Pregão.**

**5 – DA PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope n° 1**

**5.1** - A proposta de preços contida no Envelope n° 1 deverá, obrigatoriamente, ser apresentada em papel timbrado, datilografado ou impresso por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, sendo todas as suas folhas identificadas com razão social completa e CNPJ da licitante, devendo a última ser datada e assinada pelo representante da empresa devidamente identificado e, preferencialmente, com todas as suas folhas numeradas e rubricadas e contendo endereço, telefone, fax e e-mail da licitante.

**5.1.1** – Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado;

**5.1.2** – Na hipótese prevista no subitem 5.1.1 estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

**5.1.3** – Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial da empresa vencedora, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios de regularidade fiscal de ambas.

**5.2** - As propostas deverão ser elaboradas e entregues de acordo com a legislação vigente, observando também:

**a) Descrição completa do objeto ofertado**, observadas as especificações constantes do **Anexo I (Termo de Referência) e Anexo II** deste Edital, informando aos materiais e serviços cotados, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações de cada item do objeto foram ou não atendidas;

**b)** Indicação do **preço unitário e total** para cada item do objeto, com no máximo dois dígitos depois da vírgula e **preço global** em algarismo e por extenso, neles incluídos todos os impostos, encargos sociais e trabalhistas, seguros, descontos, acréscimos de insalubridade e periculosidade, quando for o caso e eventuais gastos. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser executados sem ônus adicionais;

**c)** Serão analisados os preços do item, quanto à abusividade e inexequibilidade, conforme Art.48 da lei 8.666/93 e suas alterações;

**d)** O preço e prazo da prestação dos serviços, por um período de 12 (doze) meses.

**e)** O prazo para o início da execução do serviço cotado deverá ser de 48 (quarenta e oito) horas contados do envio, por e-mail, da Ordem de Serviço expedida pelo Município

**f)** O **prazo de validade** da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, decorrido esse prazo, sem convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**g)** Os preços são fixos e irreajustáveis nos primeiros 12 meses.

**5.3** – Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

**5.4- A simples participação neste certame implica em:**

1. **Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão;**
2. **Que no preço final dos serviços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, inclusive materiais e equipamentos e que também estão deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos;**

**6– DA FASE COMPETITIVA DO CERTAME**

**6.1** – Aberta a sessão pública do Pregão, credenciados os presentes, o pregoeiro abrirá o envelope nº 1 contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente edital e as ordenará por ordem de **MENOR PREÇO POR LOTE.**

**6.2** – Participará dos lances verbais e sucessivos por item ofertado o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% (dez por cento) superiores, relativamente, a de menor preço.

**6.2.1** – Em caso de empate, a classificação será decidida por meio de sorteio em ato público promovido pelo Pregoeiro, para o qual serão convocadas as licitantes participantes, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observado ainda, o previsto no art. 3º, da mesma Lei.

**6.2.1.1** – Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o lote em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio.

**6.2.2** – Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 3 (três).

**6.2.3** – Os lances verbais e sucessivos **pelo menor preço** serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.

**6.3** – Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, procedendo-se da seguinte forma:

**6.3.1** – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

**6.3.2** – Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do caput do artigo 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**6.3.3** – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.3.3.1** – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**6.4** – Os lances, em valores distintos e decrescentes, serão efetuados no momento em que for conferida a palavra ao representante da licitante, na ordem decrescente dos preços.

**6.5** – É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.

**6.6** – Os lances observarão o decréscimo mínimo determinados pelo Pregoeiro do último valor ofertado.

**6.7** – Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

**6.8** – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na consideração do último preço apresentado, pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

**6.9** – Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço por item e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

**6.10** – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.

**6.11** – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 6.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**6.12** – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**6.13** – Encerrada a etapa competitiva o pregoeiro poderá negociar com os autores das propostas classificadas de acordo com o subitem 6.2, para que seja obtido melhor preço, sendo registrado em ata.

**6.14** – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender as exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as condições do edital, que será declarada vencedora da licitação.

**6.15– Serão desclassificadas as licitantes em razão de:**

**a)** não-atendimento das condições estabelecidas neste edital, em seus anexos.

**b)** fixação de condicionantes para a aquisição dos produtos;

**c)** apresentação de propostas que forem omissas, que se apresentarem incompletas ou que contiverem disposições vagas impedindo seu julgamento;

**d)** apresentação de duas ou mais opções de preços;

**e)** apresentação de propostas que não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o objeto licitado; e

**f)** as que conflitarem com a legislação em vigor.

**6.16**– Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

**6.17** – Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas às propostas, será aberto pelo pregoeiro o Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da licitante classificada com menor preço.

**7 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE N° 2**

**7.1** - Os **documentos de habilitação**, em uma via, preferencialmente numerados em seqüência e rubricados em todas as suas páginas por representante legal da licitante ou preposto, deverão ser apresentados:

**a)** em original; ou

**b)** cópia autenticada por cartório; ou

**c)** cópia autenticada por servidor autorizado da Prefeitura,mediante a exibição dos originais antes da entrega dos envelopes; ou

**d)** cópia autenticada pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio, na abertura do envelope nº 2 – documentos de habilitação, mediante a exibição dos originais.

**7.1.1** - Somente serão aceitos documentos originais ou cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro;

**7.1.2** - Somente será (ao) autenticado(s) documento(s) através da apresentação de seu(s) original (is);

**7.1.3** - Serão aceitos comprovantes de regularidade fiscal, obtidos na rede internet, condicionado a que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo pregoeiro, na fase de habilitação.

**7.2** - A documentação para fins de habilitação a ser incluído no Envelope nº 2 pelas licitantes é constituída de:

1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** (CNPJ);
2. **Certidão Negativa De Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União** com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014;
3. **Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
4. **Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
5. **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** – FGTS;
6. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos di Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, com a redação dada pela Lei nº 12.440/2011.
7. **Certidão Negativa de falência ou concordata** expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante;
8. **Declaração de inexistência de fatos impeditivos,** conforme modelo constante no **Anexo V** deste edital;
9. **Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal,** conforme **Anexo VI** do Edital.

**Quanto à qualificação técnica:**

a) Comprovação de que a licitante fornece ou forneceu, sem restrições, serviços de natureza semelhante ao objeto do presente Edital, através de apresentação de 1 (um) **Atestado de Capacidade Técnica** compatível com o objeto ou serviço do lote cotado pela licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado por responsável, com nome legível.

b) **Registro** da empresa no Conselho Regional Competente do estado ao qual pertence.

c) **Declaração De Capacidade Operativa –** Declarando que a empresa dispõe de todos os equipamentos e materiais necessários, e mão de obra especializada necessária, para o pleno atendimento do objeto licitado, quando do efetivo fornecimento e prestação dos serviços (Modelo Anexo VII).

**7.3** - Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a entrega dos envelopes. Não constando à vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

**7.4** – Sob pena de inabilitação, os documentos a que se refere o subitem 7.2deste editaldeverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

1. **Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;**
2. **Se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;**
3. **Se a licitante for à matriz e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente**.

**7.5 –** A licitante poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS centralizados junto à matriz, desde que junte comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e apresente certidão em que conste o CNPJ da entidade centralizadora.

**7.6.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação do certame licitatório, **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal**, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**7.6.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

**7.6.2.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**7.7 – Da Abertura do Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação**

**7.7.1 –** Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital;

**7.7.2 –** Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;

**7.7.3** – Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

**7.7.4 –** O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 (cinco) dias úteis;

**7.7.4.1 – O envelope com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame, conforme o item 7.2 deste Edital será devolvido imediatamente à interessada.**

**8 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

**8.1** – Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e as licitantes com intenção de recorrer, sendo os motivos registrados em ata.

**8.1.1** – A ata circunstanciada deverá ser assinada pelo pregoeiro e por todos os prepostos das licitantes presentes, através dos interessados ou representantes devidamente credenciados.

**8.2 –** Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

**8.2.1** – Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes;

**8.2.2 –** Será lavrada ata a ser assinada por todos os presentes relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento.

**8.3 –** O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

**9 – DA(S) AMOSTRA(S) / PROSPECTO(S) E DOCUMENTO(S) ADICIONAL (IS)**

**9.1 - Sempre que entender necessário, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de amostra(s) ou prospecto(s), do produto**(s) cotado(s), devidamente identificado(s), de acordo com as especificações técnicas exigidas para efeito de controle de qualidade.

**9.2 –** Seremos desclassificadas, caso apresente amostra/prospecto fora das especificações técnicas previstas no **Anexo I** deste Edital, estando sujeita às penalidades previstas

**10** – **DO JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO**

**10.1** - No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentarem o “**MENOR PREÇO POR LOTE**

**10.2** - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

**10.3 –** Verificado que a proposta de menor preçoatende às exigências fixadas neste Edital (quanto à proposta e à habilitação) e, que a amostra apresentada, caso solicitada no decorrer do processo, tenha sido tecnicamente aprovada, a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto.

**11 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**11.1 –** Qualquer pessoa poderá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Edital do Pregão.

**11.2** - Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamentetal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de **03 (três) dias corridos** paraa apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos.

**11.3 -** Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

**11.4 -** A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

**11.5 -** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela licitante.

**11.6 -** Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

**11.7 -** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.8** - Em não havendo recurso, o Pregoeiro fará imediatamente a adjudicação do objeto ao vencedor.

**11.9** - Em havendo recurso, caberá à Autoridade Competente, após deliberar sobre o mesmo, fazer a adjudicação ao licitante vencedor.

**11.10** – As impugnações, recursos e contra-razões deverão ser protocoladas na PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - Praça Anchieta**,** nº 10 - Bairro: Centro, Antônio Carlos/SC – CEP: 88180.000.

**12 - DA HOMOLOGAÇÃO**

**12.1** - Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação e homologado o procedimento pela Autoridade Competente.

**12.2** - Havendo recurso, o pregoeiro apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à Autoridade Competente a decisão em grau final, bem como a adjudicação do objeto.

**12.3** - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará o objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos do artigo 49 da Lei Federal n º 8.666/93.

**12.4** - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade e demais exigências previstas para habilitação, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidas após o julgamento.

**12.5** - As obrigações decorrentes desta Licitação serão formalizadas através da assinatura da Ata de Registro de Preços, observando-se as condições estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.

**13 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1** – Homologado o resultado da Licitação pela Autoridade Competente, o proponente vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, que terá efeito de compromisso visando à execução do objeto desta Licitação.

**13.2** – O proponente vencedor terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar a Ata, sob pena de sofrer a penalidade de suspensão temporária, conforme item 20 deste Edital . O prazo para assinar a Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo proponente vencedor, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.

**13.3** – O preço registrado e o Fornecedor serão divulgados no Veículo Oficial de divulgação dos Atos Municipais do Município de Antônio Carlos e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**13.4** – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não poderá ser superior a 01 (um) ano.

**13.5** – Será admitida a prorrogação da vigência da Ata, quando os preços registrados continuarem se mostrando mais vantajosos, obedecido o disposto no Decreto nº048 de 05/09/2007.

**13.6** – A existência de preço(s) registrado(s) não obriga a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, a firmar a prestação(s) do(s) serviço(s) que dele(s) poderá (ão) advir, facultando-se a realização de Licitação específica para a prestação dos serviços pretendido, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência dos serviços, em igual condição.

**13.7** – A prestação dos serviços obedecerá à conveniência e às necessidades da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, limitada à quantidade estimada e dentro do período de vigência do Registro de Preços de 12 (doze meses).

**13.8** – A assinatura da Ata estará condicionada:

a) à comprovação da regularidade fiscal do Proponente Vencedor, junto ao Setor de Compras da Prefeitura municipal de Antônio Carlos;

b) à apresentação de documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a Ata em nome da empresa ou ainda de cópia do contrato social, comprovando ser do quadro societário da empresa com poderes para assinar pela mesma;

**13.9** – Quando o Proponente Vencedor não atender ao item acima, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata, poderá ser convocado outro proponente, desde que respeitada à ordem de classificação para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita à negociação, assinar a Ata, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**13.10** – Caso o proponente vencedor seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, constituída na forma da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, a regularidade fiscal será condição indispensável para assinatura da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das disposições previstas no item 12.8 acima.

**14 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**14.1** Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação na quantidade que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

**14.2** Após efetuada a solicitação, os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Solicitante** e nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, em dias úteis no horário de expediente, nas vias municipais, conforme roteiro de trabalho previsto na Ordem de Serviços.

**14.3** No ato da entrega dos serviços a proponente deverá apresentar nota fiscal/fatura, juntamente com relatório discriminado dos serviços, ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e croqui, correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

**14.4** Fica aqui estabelecido que os serviços serão recebidos:

**a)** **Provisoriamente**: A recepção provisória dos serviços será feita por responsável designado pela Secretaria Solicitante, sendo que este deverá verificar se os serviços prestados estão de acordo com a ordem de serviço e o termo de referência, analisando se os serviços foram executados de forma satisfatória, ou seja, se o resultado final é o esperado pela Administração. Após tal análise, será emitido termo de recebimento provisório assinado pelas partes em até dois dias do término dos serviços.

**b)** **Definitivamente**: A recepção definitiva dos serviços será feita por servidor designado pela Secretaria Solicitante, que será incumbido da fiscalização direta do contrato após o decurso do prazo de observação ou vistoria da qualidade dos serviços.

**14.5** Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

**14.6** Se os serviços não forem refeitos no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços e na Legislação vigente.

**14.7** O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

**14.8** Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos Artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**15.1 -** O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) julgada(s) vencedora(s) neste **Pregão**, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

**15.2** - O pagamento será:

**15.2.1** - efetivado mediante apresentação da nota **Fiscal Eletrônica** que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado de cópia da ordem de serviço emitida pela Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC.

**15.2.2** **-** O pagamento será realizado pela Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC, mensalmente em até o **15 (quinze) dias úteis**, após a apresentação da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, acompanhada da **Nota Fiscal Eletrônica,** com o devido aceite no verso pela Secretaria solicitante.

**15.2.3 -** O pagamento somente será realizado mediante apresentação da **Nota Fiscal** **Eletrônica**, conforme Protocolo do ICMS nº 042 de 03 de julho de 2009.

**15.3** - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA **incluam todos os custos diretos e indiretos requeridos para execução do objeto licitado no local indicado na respectiva Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço,** constituindo-se na única remuneração devida.

**15.4** - O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

**15.5** – A Nota Fiscal não aprovada será devolvida para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 15.2.2, a partir da data de sua reapresentação.

**15.6** - A Prefeitura, exigirá do(s) proponente(s) vencedor (es), que mantenha(m) atualizadas as Certidões Negativas de Débito do Federais, FGTS, Estaduais e Municipais.

**15.7 -** O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora, devendo, portanto, ser mencionados na proposta o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

**15.8** - O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

**16 - DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**16.1** Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis.

**16.2** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**16.3** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela detentora da Ata de Registro de Preços, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do fornecimento, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos seguindo a mesma metodologia da planilha apresentada para assinatura da Ata e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc.), que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

**16.4** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade.

**16.5** Fica facultado à Prefeitura Municipal de Antônio Carlos realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela detentora da Ata.

**16.6** A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data do protocolo do pedido no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

**16.6.1** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisada, a detentora da Ata de Registro de Preços não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

**16.6.2** A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos deverão quando autorizada à revisão dos preços, registrará em Ata Complementar os preços revisados e emitir Autorizações de Fornecimento, sem juros e correção monetária, a partir da alteração de valores.

**17 - OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES**

**17.1 Constituem obrigações/responsabilidades da CONTRATADA:**

**17.1.1** - Executar os serviços observando as normas técnicas vigentes para cada tipo de serviço contratado, conforme definido no Anexo I, Termo de Referência e ainda atendendo as condições e quantidades estipuladas;

**17.1.2** - Todas as despesas com execução dos serviços, e ainda as com tributos fiscais trabalhistas e sociais, que incidam ou venham a incidir, diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado;

**17.1.3** - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do objeto contratado;

**17.1.4** - Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

**17.1.5** - Permitir à contratante fiscalizar a entrega que estiver sendo executada, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, podendo os mesmos sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou terceiros;

**17.1.6 -** Responsabilizar-se integralmente pelos bens fornecidos, nos termos da legislação vigente;

**17.1.7** - Atender prontamente qualquer exigência de fiscalização inerente ao objeto fornecido;

**17.1.8** - Solucionar quaisquer tipos de problemas relacionados aos bens fornecidos.

**17.1.9** – Assumir integral e exclusiva responsabilidade pelos danos que causar à Administração Pública, por si, seus sucessores, representantes ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

**17.1.10** – Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por si, seus sucessores, representantes e/ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

**17.1.11** – Fornecer e utilizar todo a competente e indispensável mão-de-obra habilitada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação especifica, encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

**17.1.12**– Prestar à Administração, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações acerca dos serviços a serem executados e materiais a serem empregados, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos.

**17.1.13** - Executar os fornecimentos contratados, somente com prévia e expressa autorização formal da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos.

**17.15 Constituem obrigações/responsabilidades do Município de Antônio Carlos:**

**17.15.1 -** Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da vencedora, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer;

**17.15.2 -** Exercer a fiscalização e acompanhamento do objeto entregue por servidores especialmente designados pela Administração, na forma prevista na Lei Federal 8.666/1993, sendo que a presença deste servidor não eximirá a responsabilidade da Contratada;

**17.15.3 -** Aplicar multa, suspender o pagamento, caso a Contratada desobedeça a quaisquer das cláusulas estabelecidas no Edital;

**17.15.4 -** Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas na execução do objeto da presente aquisição;

**17.15.5 -** Comunicar à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas de sua parte, sob pena de aplicação de sanções nos termos da Lei Federal nº 10. 520.

**17.15.6**- Efetuar o pagamento no prazo estabelecido neste edital;

**18 – DA FONTE DE RECURSOS**

**18.1** – As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos orçamentários previsto no orçamento fiscal de 2016 e na Lei Orçamentária a ser aprovada para 2015, e será efetuado o devido empenhamento no item orçamentário específico, com a seguinte classificação:

**(80) 06.01.2.017.3.3.90.00.00.**

**19 – DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

**19.1** - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste Pregão e na Ata de Registro de Preço.

**19.2** - A desistência da proposta, lance ou oferta e a recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item 13.2 ou em apresentar os documentos referidos no item 7, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ensejarão:

**19.2.1** - cobrança pela Prefeitura do Municipal de Antônio Carlos, por via administrativa ou judicial, de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta, lance ou oferta adjudicada.

**19.2.2**. - suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Antônio Carlos e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, pelo período de até 05 (cinco) anos.

**19.3** - Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o

Licitante poderá sofrer sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas:

**19.3.1** - Declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes.

**19.3.2** - Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

**19.3.3** - Cancelamento da Ata de Registro de Preços e Autorização de Fornecimento, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

**19.4** - Em caso de inexecução parcial ou total, por parte da detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou de infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, após regular processo administrativo, as seguintes penalidades:

**19.4.1** - advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a detentora da Ata concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos;

**19.4.2** - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da inadimplência, por dia de atraso da prestação dos serviços ou nos serviços refeitos, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços, após o que, aplicar-se-á a multa prevista no item 19.4.3;

**19.4.3** - multa de 1% (um por cento) ao dia, do valor da inadimplência, no atraso ou paralisação por mais de 30 (trinta) dias, na prestação dos serviços ou nos serviços refeitos, até o limite de 30% (trinta por cento);

**19.4.4** - suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de cancelamento da Ata de Registro de Preços, independentemente da aplicação das multas cabíveis;

**19.4.5** - declaração de inidoneidade, na hipótese de prática de atos ilícitos ou falta grave tais como apresentar documentação inverossímil ou cometer fraude, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, que será concedida sempre que a detentora da Ata ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes.

**19.5** - O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura de Antônio Carlos ou cobrada judicialmente.

**19.5.1** - Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**19.6** - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a detentora da Ata de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar à Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

**19.7** - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

**19.8 –** Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Prefeitura considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitida às justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

**19.9 –** As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

**19.10 –** Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1** – As licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, estando sujeita as sanções previstas na legislação brasileira. Advertindo-se que aqueles que agirem de má-fé, estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

**20.2 – Lembrando que a Lei Federal 8.666/93 que rege as Licitações, prevê em seu Artigo 90 que: “Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação”: Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.”**

**20.3 - Havendo indícios de conluio entre as licitantes ou qualquer outro ato de má-fé, a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos comunicará os fatos ao Ministério Público para as providências devidas.**

**20.4** - As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse do Município de Antônio Carlos, a segurança e o objetivo da contratação;

**20.5** - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

**20.6** - É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar nos prazos estipulados;

**20.7 –** As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser dirigidas por escrito ao Setor de Compras, com antecedência de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

**20.8 –** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão ficarão disponíveis para todos os interessados, no Setor de Compras, na Prefeitura.

**20.9** - O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante. Antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4°, da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação

**20.10** - As impugnações ao ato convocatório do Pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da licitação.

**20.11** - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**20.12** - Deferida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

**20.13** - A autoridade competente para determinar a aquisição poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

**20.14** - A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas descabendo, em tais casos, direito à indenização pelos licitantes;

**20.15** - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

**20.16** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

**20.17** - O Município poderá revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou a requerimento da parte interessada, não gerando direito de indenizar quando anulada por motivo de ilegalidade, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93, assegurada à ampla defesa.

**20.18** - A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital;

**20.19** - O licitante é responsável, sob as penas da lei, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação;

**20.20** - A irregularidade que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento não constituirá causa de desclassificação;

**20.21 –** Cópias deste Edital e seus Anexos, bem como informações e esclarecimentos serão prestadas pelo Setor de Licitação e Compras da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos sito a Praça Anchieta, nº. 10, Centro, CEP: 88 Antônio Carlos/SC, segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 07:30 as 11:30 das 13:00 as 17:00, ou pelos números telefônicos: (48) 3272-8617, 3272-8618, pelo e-mail: [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br) ou [administração@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administração@antoniocarlos.sc.gov.br)

**20.22** – A Contratante não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente.

**20.23** - Fica eleito o Foro do Município de Biguaçu (SC) para dirimir qualquer questão contratual ou editalícia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Antônio Carlos, 31 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ADELINO BONIFÁCIO KRETZER**

**PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO**

**ANEXO I**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2016**

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – DO OBJETO**

O presente projeto básico visa a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA** **PARA** **PINTURA, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS /SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA SEGUINDO AS NORMAS TÉCNICAS ESPECIFÍCAS E LEGISLAÇÃO VIÁRIA (DNIT),** na área territorial do município de Antônio Carlos, Santa Catarina, conforme especificações contidas neste projeto básico.

1. **– EQUIPAMENTO, MÃO DE OBRA E MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATADA**

**2.1 – EQUIPAMENTO UTILIZADO:**

* Caminhão acoplado com máquina de pintura a frio, para demarcação de faixas de tráfego, para pintura com espessura de tinta de 0,4mm à 0,6mm de acordo com a norma de aplicação de Pintura.

**2.2 – MÃO DE OBRA DEVERÁ CONTER:**

* 01 Motorista de caminhão acoplado com a máquina de pintura
* 01 operador de máquina de pintura
* 01 auxiliar geral que faz a sinalização do local.

**2.3 – MATERIAIS UTILIZADOS:**

* Tinta acrílica a base de resina e solvente NBR 11862, com espessura de 0.06mm com micro esferas de vidro DROP-ON.
* Material termoplástico para pintura por aspersão.
* Tachões em resina acrílica de poliéster, tingido na cor amarela, com refletivo em plástico injetado com pequenos prismas para dar a refletância noturna necessária. Bidirecional (refletivo nos 02 (dois) lados da peças, com 02 (dois) pinos galvanizados incorporados ao corpo da peça para fixação ao solo. O tamanho da peças deve ser de 200mmx100mmx40mm e o refletivo injetado de no mínimo 125x24mm.

**3 – DO PRAZO**

**3.1 -** Os serviços deverão ser iniciados em até 48 horas após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Solicitante, sendo que os trabalhos deverão ser executados cumprindo rigorosamente os prazos e roteiros de trabalhos previstos na ordem de serviços.

**4 – CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

**4.1 -** Para a realização dos serviços a empresa contratada disponibilizará de equipamentos mão de obra e materiais, para a fixação de sinalização horizontal.

**4.2 -** Todos os profissionais deverão dispor de equipamentos e ferramentas necessários para a execução dos serviços, bem como, de equipamentos de proteção individual e uniforme.

**4.3 -** Fica a contratada responsável por qualquer dano causado a terceiros na execução dos trabalhos.

**5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1 -** Respeitar as normas de segurança do trabalho e promover a utilização dos EPI’s e EPC’s.

**5.2 -** Responsabilizarem-se por quaisquer danos, ações, pleitos, reclamações, demandas e gastos que, por qualquer natureza, surjam em conexão com as pessoas empregadas pela contratada, seu pessoal ou representantes.

**5.3 -** Responsabilizar-se pela qualidade do serviço prestado, assegurando à contratante o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou mandar refazer qualquer serviço com o qual não esteja de acordo com as normas e especificações vinculadas ao contrato.

**5.4 -** Responsabilizar-se em arcar com os ônus inerentes aos registros e encargos trabalhistas, securitários, previdenciários e outros de qualquer natureza, relativos à mão de obra utilizada nos serviços contratados, bem como os decorrentes de responsabilidade civil em geral, obedecendo, rigorosamente, aos prazos fixados em lei.

**5.5 -** Atender as normas disciplinares e demais regulamentos em vigor nos locais de prestação de serviços.

**5.6 -** Responsabilizar-se pela guarda, manutenção, reposição e substituição dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.

**5.7 -** O transporte dos operários será realizado pela empresa contratada.

**5.8 -** Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as multas advindas da prestação de serviços que der causa.

**5.9 -** Apresentar relatório dos serviços, Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e Croqui para cada Serviço Executado.

**5.10 -** Obedecer às leis e posturas Municipais, Estaduais e Federais, bem como as normas e procedimentos regionais pertinentes à execução das atividades contratadas.

**5.11 -** Utilizar os serviços de seus operários em conformidade com a legislação trabalhista vigente, devidamente registrados nos seus respectivos órgãos reguladores de profissão.

**5.12 -** Designar um responsável legal pelos entendimentos administrativos entre a contratante e a contratada.

**6- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**6.1** São obrigações do CONTRATANTE:

a) Fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos serviços executados, através de medição, bem como os materiais empregados.

b) Efetuar o pagamento dos serviços executados, na época de sua exigibilidade.

**7 – LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**7.1 -** Os serviços ocorrerão em vias Públicas do Município de Antônio Carlos nos locais indicados pela Secretaria Solicitante.

**7.2 -** Somente serão executados serviços mediante expedição de ordem de serviço.

**7.3 -** As ordens de serviço somente serão emitidas pela Secretaria Solicitante que será responsável pelo controle e fiscalização dos serviços objeto deste Termo de Referência.

**7.4 -** A critério da Secretaria Solicitante poderão ser emitidas ordens de serviço mensais, quinzenais e semanais;

Cada ordem de serviço deverá conter no mínimo:

* Data de Expedição;
* Indicação do local ou dos locais onde deverão ser prestados os serviços;
* Tipos de serviço que serão prestados;
* Nome e Assinatura do responsável pela expedição da ordem de serviço.

**8- ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**8.1 -** Sinalização horizontal viária para demarcação de faixas e legendas mediante aplicação de tinta a base de resina acrílica diluída em solvente (NBR 11862/ABNT e EM 368-97/DNER)

**Equipamentos de limpeza:**

Devem ser constituídos por vassouras, escovas, compressores para limpeza com jato de ar ou de água, de forma a limpar e secar apropriadamente a superfície a ser demarcada.

**Sinalização de segurança**

Os serviços de execução de sinalização horizontal só podem ser iniciados após instalação de todos os elementos para uma sinalização de obra adequada a cada local de serviço.

Estes elementos devem atender as normas do Código de Trânsito Brasileiro e o Manual de Sinalização de Obras e Emergências do DNER.

**Preparação do pavimento:**

A superfície a ser demarcada deve se apresentar seca, livre de sujeira, óleos, graxas ou qualquer outro material estranho que possa prejudicar a aderência da tinta ao pavimento.

Quando a varrição ou aplicação de jato de ar comprimido não forem suficientes para remover todo o material estranho, o pavimento deve ser limpo de maneira adequada e compatível com o tipo de material a ser removido.

As Sinalizações existentes no trecho a ser pintado, devem ser removidas ou recobertas, não deixando quaisquer marcas ou falhas que possam prejudicar a nova sinalização.

Nos pavimentos novos deve ser previsto um período razoável para sua cura, antes da execução da sinalização definitiva.

**Pré Marcação:**

Antes da aplicação da tinta deve ser feita a pré-marcação seguindo-se os parâmetros exigíveis para a execução dos serviços.

Na repintura é permitido o uso das faixas antigas como referencial, desde que não comprometa a finalidade e a qualidade dos serviços.

**Demarcação:**

É necessário verificar as seguintes condições ambientais para executar-se a demarcação:

a) Temperatura ambiente adequada à execução dos serviços;

b) Temperatura do pavimento adequada à aplicação da pintura;

c) Umidade relativa do ambiente adequada à execução dos serviços;

d) Que não esteja chovendo ou chovido antes de 2h da execução.

Em caso de equipamentos autopropulsados desenhados com controles para aplicação em condições climáticas adversas, permite-se o seu uso fora das faixas indicadas, quanto a temperaturas, porém se mantêm as restrições em relação à chuva ou excesso de umidade e ponto de orvalho.

**Espessura:**

A espessura das faixas e legendas será definida conforme a natureza do pavimento e local da aplicação da sinalização, respeitados os parâmetros exigíveis para a execução dos serviços.

**9 – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**9.1 -** Deverá ser garantida a qualidade dos serviços, sendo estes sujeitos à aprovação pelo encarregado responsável da Secretaria Solicitante.

Os serviços objetos deste projeto básico serão recebidos:

a) Provisoriamente: A recepção provisória dos serviços será feita por responsável designado pela Secretaria Solicitante, sendo que este deverá verificar se os serviços prestados estão de acordo com a ordem de serviço e o Termo de Referências, analisando se os serviços foram executados de forma satisfatória, ou seja, se o resultado final é o esperado pela Administração. Após tal análise, será emitido termo de recebimento provisório assinado pelas partes em até dois dias do término dos serviços.

b) Definitivamente: A recepção definitiva dos serviços será feita por servidor designado pela Secretaria Solicitante, que será incumbido da fiscalização direta do contrato após o decurso do prazo de observação ou vistoria da qualidade dos serviços.

A empresa prestadora dos serviços será responsável por todo e qualquer dano causado por negligência, imprudência ou imperícia dos seus funcionários à contratante ou a terceiros, obrigando-se a refazer em todo, ou em parte, os serviços mal realizados, cabendo, ainda, indenizar os prejudicados quando for o caso.

**10 – PAGAMENTO**

**10.1 -** O Pagamento corresponderá aos serviços executados.

**10.2 -** A nota fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Antônio Carlos.

**10.3 -** O preço unitário inclui mão de obra, inclusive pré-marcação, equipamentos, materiais, transportes e despesas com pessoal.

Os pagamentos ocorrerão sempre até o 15 (quinze) dia úteis após a realização dos serviços.

**10.4 -** Deverá ser emitida a Nota Fiscal, juntamente com o relatório dos serviços executados, Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e Croqui, devidamente atestados pela Secretaria Solicitante.

**10.5 -** Apresentar todas as certidões negativas relacionadas ao pagamento de verbas trabalhistas.

**11 – MEDIÇÃO**

**11.1 -** Os serviços serão medidos calculando-se a área efetivamente pintada no pavimento, em metro quadrado (m²), depois de verificada a qualidade de acabamento.

**12 – HABILITAÇÃO**

**12.1 –** Será exigida como comprovação da habilitação das interessadas a comprovação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista.

**12.2 –** Como comprovação de qualificação técnica as interessadas deverão apresentar:

* Atestado de Capacidade Técnica;
* Registro da empresa no CREA;
* Declaração de que dispõe ou disponibilizará caso vencedora da licitação, de todos os equipamentos e mão de obra necessária para prestação dos serviços.

**ANEXO II**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2016**

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

**QUADRO DE QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **LOTE I** |  |  |  |  |
| ITEM | **ESPECIFICAÇÃO** | **UNID.** | **QD.** | **VALOR UNIT** | **VALOR TOTAL** |
| 01 | Serviço de pintura com Tinta acrílica a base resina e solvente NBR 11862, com espessura de 0.06mm com micro esferas de vidro DROP-ON. | M² | 3.000 | 28,90 | 43.350,00 |
| 02 | Serviço de pintura de eixo e bordo com material termoplástico por aspersão | M² | 600,00 | 38,90 | 23.340,00 |
| 03 | Tachões em resina acrílica de poliéster, tingido na cor amarela, com refletivo em plástico injetado com pequenos prismas para dar a refletância noturna necessária. Bidirecional refletivo nos 02(dois) lados da peças, com 02 (dois) pinos galvanizados incorporados ao corpo da peça para fixação ao solo. O tamanho da peças deve ser de 200mmx100mmx40mm e o refletivo injetado de no mínimo 125x24mm | PEÇA | 1.000 | 24,90 | 7.470,00 |
| **VALOR TOTAL DO LOTE** | | | | | **74.160,00** |

###### ANEXO III

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2016**

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

**CREDENCIAMENTO**

**(Interessados ou seus Representantes)**

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) ........................................................., portador(a) da Cédula de Identidade n° .................................. e CPF n° .........................................., a participar da LICITAÇÃO 68/2016 instaurada pela Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, supra-referenciada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da Empresa ..................................... visando formular propostas e lances verbais, negociar, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data ........................................................

...................................................................

###### ANEXO IV

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2016**

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

**DECLARAÇÃO DE** **PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DE ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL E DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS**

A empresa......................................................................, pessoa jurídica de direito privado, com sede na................................................................................................., .............-SC, inscrita no CNPJ nº............................................, por meio de seu sócio-gerente ou representante legal abaixo firmado, DECLARA, o **pleno atendimento aos requisitos de habilitação, a aceitação dos termos do edital e a autenticidade dos documentos apresentados** de acordo com o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2016 da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos-SC **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA** **PARA** **PINTURA, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS /SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA SEGUINDO AS NORMAS TÉCNICAS ESPECIFÍCAS E LEGISLAÇÃO VIÁRIA (DNIT)**, de acordo com os quantitativos e especificações no Anexo I e Anexo II Termo de Referência do edital, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Prefeitura.

Data

Assinatura do Representante Legal da Empresa.

**ANEXO V**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2016

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

A

Comissão de Licitação

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos S/C

A empresa......................................................................, pessoa jurídica de direito privado, com sede na................................................................................................., ............., .............. (Cidade/Estado), inscrita no CNPJ nº............................................, por meio de seu representante legal **DECLARA**, sob as penas da Lei, que esta proponente não incorre em quaisquer das seguintes situações:

1. Ter sido declarada inidônea por ato do Poder Público;
2. Ter sido apenada com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos últimos dois anos;
3. Impedida de licitar, de acordo com o previsto no artigo 9º da Lei Federal 8.666/93, e suas alterações.
4. Estar em processo de Falência ou Concordata;

Nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações, comprometemo-nos a informar a ocorrência de fato superveniente impeditivo da habilitação e da qualificação exigidas pelo edital. Por ser a expressão da verdade, assinamos o presente.

Data

(Identificação e assinatura do representante legal da empresa)*.*

**ANEXO VI**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2016

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ portador(a) da Carteira de Identidade no\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre o inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal e que não possuímos em nosso quadro pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Data

Assinatura do Representante Legal da Empresa

**ANEXO VII**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2016

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

**DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE OPERATIVA**

DECLARAMOS, para fins de participação neste procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL nº 46/2016, que a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita sob o CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ atende, plenamente, aos requisitos técnicos para execução de instalações de sinalização viária horizontal, manual e mecânica, com fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra, conforme especificações constantes no Edital do PP nº 46/2016 e seus Anexos. E que dispõe de CAPACIDADE OPERATIVA, bem como, de TODOS OS EQUIPAMENTOS E PESSOAL, técnico e operacional, necessários à execução dos serviços, GARANTINDO, ainda, que não haverá qualquer tipo de paralisação dos serviços, seja por falta de equipamentos ou de pessoal, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.

ANEXO VIII

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2016

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ..../2016**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **OBJETO** | **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA** **PARA** **PINTURA, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS /SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA SEGUINDO AS NORMAS TÉCNICAS ESPECIFÍCAS E LEGISLAÇÃO VIÁRIA (DNIT)** | | |
| **PREÇO** | **CONFORME ATA DA LICITAÇÃO** | | |
| RAZÃO SOCIAL |  | | |
| CNPJ |  | | |
| ENDEREÇO |  | | |
| TELEFONE |  | |  |
| E.mail |  | | |
| **INICIO: ..........2016** | | **VALIDADE/TÉRMINO: ..........2017** | |
| **OBS:** | | | |

**1. OBJETO E PREÇOS**

**1.1 –** Constituem o objeto da presente Ata o registro de preços dos itens  
dela constantes do anexo II do Edital de pregão presencial nº 46/2016 – Processo Licitatório nº 68/2016, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto Municipal n° 48/2007, da Lei Complementar nº 123/2006, pela Lei Orgânica Municipal e subsidiariamente pala Lei 8.666/1993, com suas alterações.

**2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

**2.1** Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

**a)** Edital de Pregão Presencial 46/2016 e seus anexos;

**b)** Proposta da(s) Licitante(s).

**3. VIGÊNCIA**

**3.1** A presente Ata de Registro de Preços terá vigência 12 (doze) meses, a partir da data de homologação da mesma pela Autoridade Competente, não podendo ser prorrogada, nos termos do art. 15, §3º, inciso III, da Lei 8.666/93.

**4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO**

**4.1** Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação nas quantidades que julgar necessárias, devendo ser prestados em dias úteis e no horário de expediente, nos locais informados na Ordem de Serviço.

**4.2**. A critério da Secretaria Solicitante poderão ser emitidas ordens de serviço mensais, quinzenais e semanais, sendo que cada ordem de serviço deverá conter no mínimo:

a) Data de Expedição

b) Indicação do local ou dos locais onde serão prestados os serviços.

c) Tipos de serviço que serão prestados.

d) Nome e Assinatura do responsável pela expedição da ordem de Serviço.

**4.3** O prazo de início de execução é de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela Secretaria Solicitante, sendo que os trabalhos deverão ser executados cumprindo rigorosamente os prazos e roteiros de trabalhos previstos na Ordem de Serviço.

**4.4** Deverá ser garantida a qualidade dos serviços, sendo estes sujeitos à aprovação pelo encarregado responsável do setor requisitante.

**4.5** Os serviços objetos deste projeto básico serão recebidos:

**a) Provisoriamente**: A recepção provisória dos serviços será feita por responsável designado pela Secretaria Solicitante, sendo que este deverá verificar se os serviços prestados estão de acordo com a ordem de serviço e o projeto básico, analisando se os serviços foram executados de forma satisfatória, ou seja, se o resultado final é o esperado pela Administração. Após tal análise, será emitido termo de recebimento provisório assinado pelas partes em até dois dias do término dos serviços.

**b) Definitivamente**: A recepção definitiva dos serviços será feita por servidor designado pela Secretaria Solicitante, que será incumbido da fiscalização direta do contrato após o decurso do prazo de observação ou vistoria da qualidade dos serviços.

**4.6** A empresa prestadora dos serviços será responsável por todo e qualquer dano causado por negligência, imprudência ou imperícia dos seus funcionários à contratante ou a terceiros, obrigando-se a refazer em todo, ou em parte, os serviços mal realizados, cabendo, ainda, indenizar os prejudicados quando for o caso.

**4.7** Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos serviços exigidos nesta Ata, a Fornecedora deverá refazê-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de notificação apresentada à Fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

**4.8** Se os serviços não forem substituídos/refeitos no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços, podendo, ainda, ser determinada a suspensão dos pagamentos.

**4.9** O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela qualidade e características dos mesmos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas

**5 - RESPONSABILIDADES**

**5.1** A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

**5.2** A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

**5.3** As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

**5.4** A fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

**5.5** A fornecedora autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

**6 - OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA**

**6.1** Constituem obrigações da fornecedora:

**a)** providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;

**b)** manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

**c)** Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas;

**d)** manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas na Licitação.

**e)** Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

**f)** permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo Município, na execução dos serviços;

**g)** fornecer equipamentos de proteção individual (EPI´s) aos empregados;

**h)** observar as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho.

**i)** fornecer equipamento, mão de obra e material, Anexo I – Termo de Referência.

**j)** considerar as demais obrigações previstas no Anexo I – Termo de Referência.

**7 – DA FISCALIZAÇÃO**

**7.1 –** A Prefeitura Municipal fará a fiscalização dos serviços, quando da entrega, recusando o seu recebimento se não estiverem nas condições descritas no edital de licitação, devendo a **CONTRATADA** refazê-lo em 48 (quarenta e oito) horas sem qualquer ônus para o Município.

**8 - DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

**8.1** - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste Pregão e na Ata de Registro de Preço.

**8.1.1** - cobrança pela Prefeitura do Municipal de Antônio Carlos, por via administrativa ou judicial, de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta, lance ou oferta adjudicada.

**8.1.2**. - suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Antônio Carlos e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, pelo período de até 05 (cinco) anos.

**8.2** - Em caso de inexecução parcial ou total, por parte da detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou de infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, após regular processo administrativo, as seguintes penalidades:

**8.2.1** - advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a detentora da Ata concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos;

**8.2.2** - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da inadimplência, por dia de atraso na prestação dos serviços ou nos serviços refeitos , até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da aquisição, após o que, aplicar-se-á a multa prevista no item 8.3.3;

**8.2.3** - multa de 1% (um por cento) ao dia, do valor da inadimplência, no atraso ou paralisação por mais de 30 (trinta) dias, na prestação dos serviços ou nos serviços refeitos, até o limite de 30% (trinta por cento);

**8.2.4** - suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de cancelamento da Ata de Registro de Preços, independentemente da aplicação das multas cabíveis;

**8.2.5** - declaração de inidoneidade, na hipótese de prática de atos ilícitos ou falta grave tais como apresentar documentação inverossímil ou cometer fraude, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, que será concedida sempre que a detentora da Ata ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes.

**8.3** - O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura de Antônio Carlos ou cobrada judicialmente.

**8.3.1** - Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**8.4** - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a detentora da Ata de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar à Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

**8.5** - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

**8.6 –** Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata, a Prefeitura considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitida às justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

**8.7 –** As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

**8.8 –** Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**9.1 –** O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após a prestação dos serviços, mediante a apresentação da respectiva mediante apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente datada e assinada por responsável do setor requerente, juntamente com relatório discriminado dos serviços, ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e Croqui devidamente aprovado pela Prefeitura Municipal Antônio Carlos.

**9.3 –** Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da Detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

**9.4 –** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente em nome da Contratada ou pessoalmente por seu representante na Tesouraria Municipal.

**10. READEQUAÇÃO DE PREÇOS**

**10.1 –** Durante o período de vigência da Ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos do Decreto Municipal n° 48/2007, ou em face da superveniência de normas Federais ou Municipais aplicáveis à espécie, considerada para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta Ata.

**10.2 –** O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela PMAC, à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da Ata.

**10.2.1 –** Durante a vigência da Ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Prefeitura, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado;

**10.2.2 –** Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Prefeitura, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

**11. AUTORIZAÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO**

**11.1 –** Os serviços decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Titular da Pasta à qual pertencer à unidade requisitante ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo através da emissão da Nota de Empenho e Ordem de Serviço.

**11.2 –** A emissão da nota de empenho e Ordem de Serviço, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pelo Titular da Pasta à qual pertencer à unidade requisitante ou por quem aquele delegar tal competência.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1 –** O compromisso da execução dos serviços só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

**12.2 –** Os pedidos deverão ser efetuados através de nota de empenho e Ordem de Serviço, enviado através de meios eletrônicos ou "fac-símile", deles constando: data, valor unitário e total, quantidade, local da prestação dos serviços, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia aos processos de liquidação.

**12.3 –** Os preços registrados, nos termos do § 4° do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações posteriores, têm caráter orientativo.

**12.4 –** A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que a execução dos serviços decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

**12.5 –** O preço a ser pago pela PMAC é o vigente na data em que o pedido for executado à detentora da ata, independentemente da data da prestação dos serviços na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Prefeitura nesse intervalo de tempo.

**12.6 –** Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

**12.7 –** As especificações dos serviços não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

**12.8 –** A detentora da ata deverá comunicar a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

**12.9 –** Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata, é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Biguaçu.

Antonio Carlos, ...... de ............. de 2016.

|  |  |
| --- | --- |
| ANTÔNIO PAULO REMOR | SÓCIO/REPRESENTANTE LEGAL |
| Prefeito Municipal | Empresa |
|  | Licitante Vencedora |

## 

## TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |  |
| --- | --- |
| NOME: | NOME: |
| CPF nº : | CPF nº : |